

Legado agrícola e agrário da ‘era FHC’

23-09-02

[Equipes dos candidatos à presidência não assimilaram o duplo sucesso do atual governo]
[Agora é a vez do desenvolvimento rural, que é mais do que crescimento agropecuário]

Muita gente já nem lembra, mas o primeiro governo FHC começou com uma gravíssima crise econômica no setor agropecuário, provocada por perverso endividamento de muitos produtores. Em meados de 1995, o Brasil rural estava com fratura exposta: inadimplência superior a 30%. Após tenso período de inação - causado pela justa desconfiança com que a área econômica do governo encarava o ministro Andrade Vieira – o problema acabou sendo solucionado pelo professor Guilherme Leite da Silva Dias (FEA/USP), enquanto esteve Secretário de Política Agrícola. Ele é o primeiro a reconhecer, contudo, que nada de parecido teria sido possível se o caminho não tivesse sido aberto e pavimentado pelo PPB, o partido hegemônico na chamada bancada ruralista. E essa habilidade política da ala mais à direita da base de apoio do governo foi consagrada no segundo mandato de FHC pelo excelente desempenho do ministro Pratini de Moraes no comando de uma das mais vetustas máquinas do governo federal. Nunca será demais repetir que o atual momento agrícola é oposto ao estrangulamento que vigorava em meados de 1995.

Também não se fala mais da trava que marcou o começo do primeiro mandato de FHC no tratamento do chamado “conflito social no campo”. Foram necessárias duas horrendas chacinas – Corumbiara (RO) e Eldorado de Carajás (PA) – para que os líderes políticos da base de apoio concluíssem que o problema agrário não podia mais ficar a cargo de obscuros engenheiros, incapazes de obter do Congresso, da Casa Civil e dos ministérios da área econômica as medidas indispensáveis para que fossem cumpridos os compromissos firmados nas eleições de 1994. Esse contexto é que produziu o fenômeno Raul Jungmann, aquele egresso da juventude comunista que estava na direção do Ibama, depois de ter adquirido larga experiência operacional em vários postos do Ministério do Planejamento. Ele conduziu uma verdadeira reviravolta, que pode ser hoje aquilatada pelo inédito desempenho desse novíssimo Ministério do Desenvolvimento Agrário em pelo menos duas frentes essenciais: a) a do fortalecimento dos agricultores familiares, graças à oferta de capacitação, assistência, infraestrutura, crédito subsidiado e comercialização; b) e de expansão dessa categoria por diversos tipos de assentamentos de pobres rurais: ex-sem-terra, ex-posseiros, ex-arrendatários, ex-minifundistas, etc. Quem discorda, ou tem dúvida, sobre esta avaliação precisa ler o detalhado balanço da obra de Jungmann, organizado com a mais completa “frieza” por Mauro Malin, editor da revista *Update* da Câmara Americana de Comércio de São Paulo (www.amcham.com.br).

Infelizmente, esse duplo sucesso – agrícola e agrário – legado pela chamada “era FHC”, não foi bem assimilado pelas equipes que elaboraram os programas eleitorais dos candidatos que disputam a sucessão. Há pois sério risco de retrocesso em 2003, além de mais um motivo para que já se tenha saudade do presidente Fernando Henrique Cardoso. Todavia, seu sucessor também poderá se valer de uma plataforma suplementar, formulada com a participação de um vastíssimo conjunto multipartidário de estudiosos, funcionários, sindicalistas, “ongueiros”, associações de prefeitos, e representantes das micro e pequenas empresas. Trata-se do “Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural”, cuja terceira versão será debatida em meados de novembro por ampla conferência que contará com a participação ativa de especialistas de pelo menos dez organizações internacionais: BID, Bird, FAO, Fida, Pnud, Unesco, Cepal, Iica, UE e Usaid.

Uma boa comparação dos programas dos candidatos com a segunda versão desse plano pode ser feita por quem entrar na rede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (www.cndrs.org.br). Resumidamente, o plano advoga que, além do aprofundamento dos dois programas consolidados nos últimos anos – Pronaf e Assentamentos – o próximo governo também considere indispensável o surgimento de mais dois, considerados absolutamente decisivos para o progresso do Brasil rural: renovação da educação e diversificação econômica. Agora que existe um patamar mínimo, tanto para o agronegócio como para o enfrentamento das chamadas questões sociais no campo, é preciso pensar em desenvolvimento rural, que é muito mais do que crescimento agropecuário.

Quando os auxiliares do presidente eleito puderem examinar a versão final desse plano, eles certamente perceberão que o País está maduro para ultrapassar a canhestra visão setorial que aprisiona as atribuições inicialmente conferidas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Perceberão que a verdadeira vocação dessa pasta é a promoção do desenvolvimento microrregional, missão que exige a mais estreita sintonia com o Ministério da Integração Nacional. E talvez também percebam as vantagens que poderá trazer uma racionalização político-administrativa que promova a fusão desses dois ministérios num único “Ministério do Desenvolvimento Territorial”. Um vaticínio que pode ser fruto de otimismo exagerado, mas que o autor não poderia deixar de mencionar neste artigo de despedida da série de 140 que foram aqui publicados em seis anos de colaboração com o **Estado**. Fica o convite aos leitores mais interessados para que acompanhem os próximos capítulos na internet por acesso à página www.econ.fea.usp.br/zeeli/

José Eli da Veiga é professor titular da FEA-USP e autor do livro *Cidades Imaginárias* (Campinas: Editora Autores Associados, 2002). E-mail: zeeli@usp.br